

## **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E OS CONTEÚDOS DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA**

Waldeci Ferreira Chagas

*Universidade Estadual da Paraíba/Campus Guarabira/NEABI*  
[waldecifc@gmail.com](mailto:waldecifc@gmail.com)

As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 à medida que institucionalizaram a obrigatoriedade de as escolas da educação básica implementar no currículo escolar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, impôs as IES nova demanda na formação docente, sobretudo, porque os cursos de licenciaturas historicamente são centrados na perspectiva eurocêntrica. A partir dessa realidade, o Departamento de História da UEPB, Campus Guarabira propôs o diálogo com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônia do Socorro Silva Machado através do Projeto de Extensão: Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e Indígenas na Sala de Aula com o objetivo é fomentar junto aos (as) professores (as), gestores (as) e corpo técnico-administrativo com atuação nessa escola atividades que os possibilitem desconstruir as “imagens” negativas acerca das práticas culturais das pessoas negras e indígenas, de modo a tornar a sala de aula e a escola espaços pluricultural, portanto, de inclusão. O projeto se desenvolveu em 2016 através de 04 módulos, a saber: 1) História da África e das populações negras e indígenas no Brasil, 2) Culturas Afro-brasileiras e Indígenas, 3) Religiões Afro-brasileiras e Indígenas e 4) Literaturas Afro-brasileiras e Indígenas, o que possibilitou aos/as professores/as repensarem o currículo escolar, suas práticas pedagógicas e refazerem-nas.

Palavras-chave: educação étnico-racial, cultura afro-brasileira, currículo.

### **O Começo de Tudo...**

O nosso objetivo neste trabalho é discutir a experiência de formação continuada desenvolvida por professores/as da UEPB, Campus Guarabira junto aos/as professores/as da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia do Socorro Silva Machado; instituição pública municipal localizada em uma comunidade urbana remanescente quilombola. O ponto de convergência para a concretização da parceria entre escola e universidade foi à experiência dos/as professores/as dessa escola, localizada na Comunidade Remanescente Quilombola de Paratibe, na cidade de João Pessoa, com o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, e os trabalhos de pesquisa e extensão com essa temática desenvolvidos por professores/as dos departamentos de Educação e História da UEPB, Campus Guarabira. Para sistematização das discussões que fazemos neste trabalho recorreremos principalmente ao Relatório Final do Projeto de Formação Continuada: “Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e Indígenas na Sala de Aula”, desenvolvido junto aos/as professores/as da escola no ano de 2016.

## **Do Projeto Raízes Quilombolas a Formação Continuada de Professores/as**

Em 2015 professores/as da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia do Socorro Silva Machado elaboraram o Projeto “Raízes, Saberes e Relações Quilombolas: sou negro na pele, na alma, na voz e na luta”. Desde então, passaram a refletir sobre a relação escola e comunidade e a rever o currículo escolar, as práticas pedagógicas, o material didático utilizado e assim deram início a um conjunto de práticas pedagógicas que correspondesse à realidade étnico-racial das crianças que a frequentam, visto a maioria residir na comunidade de Paratibe e ser negra.

Na compreensão dos/as professores/as não dava para a escola continuar com um fazer distante da realidade sociocultural de Paratibe, sobretudo, por se tratar de uma comunidade quilombola, o que exigia outras práticas, novas abordagens de conteúdos e revisão da relação que professores/as mantinham com a comunidade, sobretudo, porque o processo de efetivação da educação étnico-racial passa não só pela mudança dos aspectos pedagógicos da escola, mais também pela transformação da postura e do comportamento dos/as professores/as em relação aos alunos/as e a comunidade. Conhecer o chão da escola e os sujeitos que a frequenta é indispensável à construção de uma escola democrática, portanto que valorize a educação étnico-racial.

Portanto, havia um fazer pedagógico inicial de professores/as na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia do Socorro Silva Machado com o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena que antecedeu a efetivação do projeto de formação continuada que em 2016 a UEPB passou a desenvolver. As práticas pedagógicas desenvolvidas na escola foram frutos da reflexão que professores/as passaram a fazer do currículo escolar e da relação com a comunidade de Paratibe. A partir de então sentiram a necessidade de formação na perspectiva da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena para assim aprofundar os conhecimentos, as práticas em sala de aula e a relação com a comunidade, de modo a fazer valer a educação étnico-racial.

Portanto, foi da necessidade de aproximar a escola da comunidade e vice-versa, que nasceu o Projeto “Raízes, Saberes e Relações Quilombolas: sou negro na pele, na alma, na voz e na luta”. Com o intuito de cumprir o que determina a Lei 10.639/2003 professores/as da escola se reuniram e após longas discussões e reflexões elaboraram esse projeto e o executaram durante o ano letivo de 2015 e nele foram envolvidos profissionais das diversas séries, áreas do conhecimento e dos três segmentos, o ensino fundamental I, II e EJA. Durante a execução do projeto professores/as sentiram a necessidade de ampliar e aprofundar seus conhecimentos

sobre história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Por isso, buscaram formação. Frente a essa realidade, a equipe pedagógica da escola sob a coordenação do Professor José Élon de Carvalho Lira, coordenador de projetos e da Gestora Escolar Professora Jandira Pontes Moraes de Sousa saiu a campo na busca de formação que pudesse atender a demanda do corpo docente, pois a perspectiva era a de que todos os profissionais da escola e a equipe pedagógica participassem de uma formação específica que os auxiliassem a aprofundar as ações desenvolvidas junto ao projeto “Raízes, Saberes e Relações Quilombolas”. A partir de então o coordenador de projetos e a gestora e os demais integrantes da equipe pedagógica passaram a participar de eventos/cursos na área da educação étnico-racial para assim poder colaborar com os/as professores/as na ampliação desse projeto e na reinvenção do PPP e atender a realidade da escola

O convite para realização de uma palestra no Seminário “Pacto Paraibano pela Implementação e Efetivação da Lei 10.639/2003 nas Redes de Ensino Pública e Privada da Paraíba”, evento realizado em dezembro de 2015 na cidade de João Pessoa, e promovido pela Secretaria de Estado da Educação, no Auditório da Reitoria do IFPB, nos possibilitou conhecer a equipe pedagógica da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia do Socorro Silva Machado. Na ocasião a equipe nos convidou a ministrar uma formação para professores/as. Aceitamos a proposta, visto ser desafiante, pois pela primeira vez trabalharíamos com formação específica para uma escola localizada numa comunidade quilombola, cujos/as professores/as estavam interessados na construção de uma proposta curricular na perspectiva da educação étnico-racial.

A principal demanda dos professores/as era ampliar e aprofundar os conhecimentos sobre história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e à reformulação do Projeto Político Pedagógico da escola; prática que está em consonância com a efetivação da educação étnico-racial, pois de acordo com as orientações para a legitimidade dessa modalidade de educação, cabe a rede pública de ensino, em especial a escola:

Reformular ou formular junto à comunidade escolar o seu Projeto Político Pedagógico adequando o seu currículo ao ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, conforme Parecer CNE/CP 03/2004 e as regulamentações dos seus conselhos de educação, assim como os conteúdos propostos nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 (BRASIL, 2009, p.38). Grifo nosso.

A promulgação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 trouxe para as escolas da educação básica em todo país a obrigatoriedade de elas implementarem nos seus currículos os conteúdos

de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e assim instituir a educação das relações étnico-raciais. Trata-se de uma perspectiva de educação, cuja finalidade é,

A formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, propícios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais (SILVA, 2011, pp.12,13).

A obrigatoriedade estabelecida por ambas às leis também incidiu sobre as instituições de ensino superior, uma vez que são as responsáveis pela formação dos/as professores/as que atuam nessa modalidade de educação. Desde 2003 as universidades, através dos cursos de licenciaturas passaram a ofertar componentes curriculares com discussões relativas à educação étnico-racial e a também desenvolver projetos de pesquisa e extensão, e assim ofertar aos futuros professores/as e ou os que estão no exercício da profissão formação e capacitá-los a implementar no currículo escolar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, de modo que façam acontecer no chão da escola a educação étnico-racial.

A iniciativa de formação continuada desenvolvida pela UEPB junto aos/as professores/as da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia do Socorro Silva Machado esta inclusa nesse processo e em consonância com a análise de Gomes (2011) quando discute o papel das universidades na formação de professores/as para lidar com a educação étnico-racial. Segundo essa pesquisadora.

Em vários estados e municípios brasileiros têm sido organizados e ministrados cursos de extensão, de aperfeiçoamento e de especialização sobre a questão racial, por meio da articulação entre as universidades, as secretarias de educação e os movimentos sociais. Os núcleos de estudos afro-brasileiros, no interior das universidades públicas e privadas do país, têm sido solicitados a dar apoio a essas e outras iniciativas, mediante realização de cursos, ofertas de disciplinas, organização de seminários, produção de material didático e de pesquisas voltadas para a educação básica (GOMES, 2011, p. 41).

O curso de Extensão: “Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e Indígenas na Sala de Aula” se constituiu parte desse processo e foi uma ação afirmativa consonante a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, visando formar professores/as para “a consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e a discriminação” (SILVA, 2011, p.13). Essa experiência só foi possível através da parceria da escola da educação com a UEPB, através dos departamentos de Educação, e História, além da colaboração da Professora Lúcia de Fátima Júlio; docente da rede pública municipal da cidade de Alagoa Grande-PB.



O propósito do curso foi o de contribuir com a formação de professores/as da educação básica, e empoderá-lo a trabalhar com a educação étnico-racial, e institucionalizá-la na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia do Socorro Silva Machado, visto essa escola está localizada numa comunidade remanescente quilombola.

Na perspectiva de atender a demanda dos/as professores/as dessa escola, o curso de formação foi formulado com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Brasil, 2004) e discutiu os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena a partir dos seguintes módulos: I) História da África e das populações negras e indígenas no Brasil. Neste módulo recorreremos ao diálogo com professores/as visando captar deles/as os conhecimentos prévios sobre a história das populações negras e indígenas. Portanto, discutimos a condição dos indígenas antes da invasão do Brasil pelos portugueses. A relação da África com o Brasil; processo caracterizado pela expansão do capitalismo comercial, e a violência, o que resultou na construção do que chamamos cultura afro-brasileira e indígena, visto que a partir da escravização dos indígenas e do tráfico negreiro para o Brasil uma série de valores civilizatórios indígenas e africanos passaram a conviver nessa terra com a cultura cristã ocidental e a dos indígenas já existentes, mas totalmente desrespeitada.

A presença da cultura africana na construção e formação do Brasil nos permite dizer que as pessoas negras não contribuíram com a formação da história e cultura brasileira, essa gente está presente no Brasil, pois todos os dias a cultura, e a história são reinventados. Na relação com os portugueses, os africanos, foram traficados para o Brasil e tornados escravizados. Um processo longo que durou cerca de três séculos, e é o que explica em parte a condição das pessoas negras no Brasil, visto que a condição de pobreza a que a maioria da população negra está submetida não é decorrente do fato de esses terem sido escravizados, mas esta associada ao fato de a sociedade brasileira ao longo da história não ter criado mecanismos de inserção das pessoas negras na sociedade. Pelo contrário foram recriados mecanismo de exclusão, tanto, dos/as negros/as, quanto dos povos indígenas. Tal condição levou negros/as e indígenas a resistirem. Nesse sentido, os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena quando trabalhados em sala de aula devem abordar a resistência desses povos, tanto no passado, quanto na contemporaneidade, e assim ultrapassar a compreensão de que negros e indígenas contribuíram com a formação do Brasil.

Na sequência foram abordados os vários aspectos que devem ser contemplados no ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, a exemplo da organização política, religiosidades, ciência e tecnologia, saberes, linguagens e artes. A perspectiva é a de que

professores/as ultrapassem a compreensão de escravidão, ou do preconceito racial quando ensinam sobre a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

No módulo II Religiões Afro-brasileiras e Indígenas, ministrado pela Professora Ivonildes da Silva Fonseca discutimos os vários aspectos da religiosidade afro-brasileira e indígena, a exemplo da relação com a natureza, a cura, o segredo, a hierarquia, o respeito aos idosos, e o segredo. Apresentamos a diferença entre umbanda e candomblé, e a jurema. Apesar das diferenças, essas religiões possuem pontos comuns e no trabalho em sala de aula professores/as devem ressaltar esses aspectos, no sentido de leva-los a perceber que se trata de outra expressão de comunicação com o sagrado, o que é comum nas culturas. As religiões afro-brasileiras e indígenas possuem princípios que devem ser obedecidos e seguidos pelos praticantes. Não são religiões de massa, mas de poucos, sobretudo, porque segundo a tradição o praticante é escolhido pelas entidades espirituais a segui-las, cultuá-las e louvá-las. Portanto, o praticante mantém uma relação direta com a espiritualidade, e deve seguir suas orientações e preceitos, que passam pela humildade, respeito às pessoas e as coisas da natureza, e a prática do bem. Candomblé, umbanda e jurema não cultuam o diabo, mas a natureza e suas práticas não são diabólicas, como geralmente se diz na sociedade brasileira.

Outro aspecto ressaltado foi o combate ao proselitismo; essas práticas religiosas não devem ser trabalhadas numa contraposição as demais religiões, mas devem ser discutidas na perspectiva de possibilitar aos estudantes conhecerem e respeitá-las; uma vez que os praticantes estão espalhados Brasil a fora. Nesse sentido, a escola como espaço de formação cidadã não pode se furtar a esse exercício, tão pouco deve aceitar que praticantes de outras religiões façam proselitismo em sala de aula e se utilize desse espaço para desqualificar as religiões de matrizes africanas e seus praticantes. Todavia, professores/as quando forem lidar com o conteúdo religiões de matrizes africanas devem ficar atentos para trabalhar os aspectos históricos, sociais culturais de tais religiões e não mencionar os preceitos sagrados; específico dos religiosos, a exemplo dos praticantes, sacerdotes e sacerdotisas. A discussão fomentada nesse módulo possibilitou aos/as professores/as elementos a que eles/as trabalhem com os seus alunos/as o respeito à diversidade religiosa, de modo que convivam, sem hierarquiza-las ou defini-las entre bem e mal.

No módulo III Culturas Afro-brasileiras e Indígenas ministrado pela Professora Patricia Cristina Aragão Araújo ressaltamos as diversas expressões e manifestações dos negros e indígenas. Trata-se de uma cultura presente no cotidiano dos/as brasileiros/as, mas que nem sempre nos damos conta, do que temos, somos e fazemos que são característicos dos negros e indígenas. Por isso, enfatizamos a importância da relação escola e comunidade como um dos

campos indispensáveis a se trabalhar essas culturas, sobretudo, a atenção aos idosos, uma vez que são detentores, mais também guardiãs dos saberes, fazeres e conhecimentos dos nossos antepassados. Nesse aspecto apontamos a memória como o espaço relevante, pois foi quem possibilitou que os valores e expressões afro-brasileiros e indígenas tenham chegado até a contemporaneidade, e permaneçam sendo reinventados nas comunidades indígenas e quilombolas. Além da memória outro aspecto ressaltado e que pode ser utilizado pelos/as professores/as para lidar com a cultura afro-brasileira e indígena em sala de aula são os materiais, objetos e utensílios ainda encontrados nas comunidades; eles são detentores de uma história pessoal de quem o possui, mas representa, sobretudo, uma época e um contexto, visto ser patrimônio material.

Discutimos também o patrimônio imaterial representado nas danças, músicas, rezas, comidas, e contos que fazem parte do universo cultural das comunidades quilombolas e indígenas. Para tanto, professores/as devem convidar idosos/as da comunidade a contar suas experiências para as crianças, visto serem povoadas de elementos que lhes possibilitarão compreenderem o espaço que habitam e a se, e, sobretudo, valorizar a cultura de sua comunidade.

Aprender em sala de aula sobre as culturas afro-brasileiras e indígenas possibilitará aos estudantes ultrapassar os estereótipos com que pessoas negras e indígenas geralmente são representadas, o que se constitui um elemento positivo a construção da identidade étnico-racial. Dentre a cultura discutimos que a religião não pode ser negligenciada no currículo escolar, uma vez que há na sociedade um preconceito gritante para com as religiões de matrizes africanas e indígenas, o que faz com que todas às vezes que professores/as pensam culturas afro-brasileiras e indígenas, associam-nas unicamente a religião, e como se trata de professores/as que se dizem cristãos abominam outra prática religiosa que não seja a sua. A cultura não se limita aos aspectos artísticos e religiosos, mas ao tecnológico também. Por isso, é importante que professores/as ressaltem em sala de aula os inventos e inventores/as, e cientistas negros/as. Isso possibilitará alunos/as perceberem que negro/a não é só samba, cabelos, reggae, funk, carnaval; negro também pensa, reflete, raciocina e produz conhecimento científico.

No módulo IV Metodologia do Ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena ministrado pela Professora Lúcia de Fátima Júlio refletimos sobre métodos e recursos que professores/as podem recorrer para abordarem os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africanos e indígenas. A discussão centrou-se em torno da reflexão que professores/as devem fazer de suas práticas pedagógicas em sala de aula, dos conteúdos que ensinam e o modo como se relacionam com os estudantes, principalmente os negros. A partir da reflexão desse tripé é

possível implementar os conteúdos demandados pelas Leis 10.639/20003 e 11.645/2008 de modo efetivo no currículo escolar. Há vários aspectos na escola e na sociedade que professores/as devem considerar e que justificam a implementação dessas leis, são eles: 1) a diversidade étnico-racial existente na escola e na sociedade; 2) a necessidade de a escola valorizar as diferenças; 3) elevar a autoestima dos/as alunos/as; 4) respeito às diferenças; 5) repensar o currículo escolar; 6) refazer as práticas pedagógicas; 7) enfrentar o racismo. A partir dessas questões é indispensável o diálogo entre professores/as, de modo que possam trabalhar tais conteúdos, um auxiliando o outro no que for necessário e recorrendo aos materiais didáticos existentes na escola.

Durante as discussões desse módulo o acervo de livros paradidáticos existente na biblioteca da escola sobre história e cultura afro-brasileira, africana e indígena foi colocado ao conhecimento dos/as professores/as. Todos/as perceberam que há material pertinente as suas respectivas áreas de conhecimentos e que de posse dele desconstruam os estereótipos normalmente atribuídos às pessoas negras e indígenas e as suas culturas, em especial as religiosidades. Outra questão discutida foi à miscigenação, geralmente essa condição é colocada pelos/as professores/as como justificativa para não se trabalhar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e indígena. No imaginário de parte dos/as professores/as, o fato de o Brasil ser miscigenado parece inviabilizar o estudo desses conteúdos. Reforçamos a compreensão de que as temáticas negras e indígenas devem ser trabalhadas para que assim se legitime a diversidade; visto que a miscigenação não os elimina, mas legitima suas existências.

O curso de formação continuada que professores/as fizeram durante o ano de 2016 foi relevante, mas por si só não garante a efetivação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar, e a educação étnico-racial, conforme demandam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Mais do que formação, acesso a materiais didáticos e historiográficos sobre essas temáticas, é indispensável que professores/as mudem suas posturas nas relações cotidianamente estabelecidas na escola e fora dela, visto que:

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípua de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive participação no espaço público. Isto é, em que se formem homens e mulheres comprometidos com e na discussão de questões de interesse geral, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que tem formado



a nação, bem como de negociar prioridades, coordenando diferentes interesses, propósitos, desejos, além de propor políticas que contemplem efetivamente a todos (SILVA, 2011, p.13).

Portanto, a efetivação da educação étnico-racial representa mudar a relação que cotidianamente ocorre na escola entre os diversos sujeitos que a compõem e fora dela, de modo que as experiências de todos os indivíduos sejam valorizadas e respeitadas como exercício de cidadania. Nesse sentido, o/a professor/a muda sua percepção e compreensão acerca dos negros e indígenas e suas culturas. Isso representa valorizar elementos da comunidade onde a escola está inserida, o que possibilitará que junto com os/as alunos/as se reconheçam nos conteúdos que estudam e ensinam em sala de aula.

A partir da relação com a comunidade professores/as passaram a refletir sobre suas práticas, conteúdos ministrados e as relações no cotidiano escolar, na perspectiva de quebrar a hierarquia dos conteúdos e por extensão dos saberes. Nessa nova abordagem metodológica, a comunidade, representada na escola pelos/as alunos/as e seus pais, também são detentores de saber; um saber que está relacionado aos antepassados afro-brasileiros, africanos e indígenas.

Por isso, no transcorrer do Curso de Extensão chamamos a atenção dos/as professores/as para a relevância da cultura existente na comunidade de Paratibe, de modo que a reconheçam nas expressões e manifestações que chegam à escola trazida pelos alunos/as, e estão presentes no vocabulário que enunciam, nas memórias guardadas, assim como nas manifestações de fé e religiosidades.

Essas questões foram trabalhadas nos conteúdos em cada módulo do curso na perspectiva de que professores/as em sala de aula superem os estereótipos que normalmente atribuem às culturas que alunos/as trazem da comunidade. Assim instigamos professores/as a refletir sobre as suas representações acerca da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Como enxergam e lidam cotidianamente com essa história e cultura, e assim se perceberem parte do universo afro-brasileiro e indígena, mais também distante deste, visto que cotidianamente manifestam comportamento de repulsa e negação dessa temática. Reconhecer-se preconceituoso é uma experiência dolorida, porém necessária, mas que nem todos/as admitem, sobretudo, porque possibilita a mudança de comportamento. Vergonhoso é não reconhecer-se preconceituoso e todos os dias negar-se e aos outros/as sob a falsa ideia de que no Brasil todos/as são iguais.

À medida que as discussões foram fomentadas, professores/as revelaram o quanto o mito da democracia racial estava presente nas suas práticas e era o que os impediam de transpor a compreensão sobre história e as culturas negras e indígenas para além dos estereótipos

socialmente consagrados pela mídia. Sob o argumento de que somos todos/as filhos/as do mesmo criador, alguns insistiam em minimizar a condição social das pessoas negras e indígenas. Quando não afirmaram que os pobres também são discriminados, professores/as apontaram o fato de que mais importante do que a identidade racial é o caráter da pessoa. A persistência de alguns deles/as em não assumir a identidade racial ou desvalorizarem a dos seus alunos/as foi posta como justificativa plausível a explicar o porquê de esses conteúdos serem pouco trabalhados em sala de aula.

Por isso, a abordagem dos conteúdos ao longo do curso se fez no sentido de que professores/as passassem a perceber as pessoas negras e indígenas como protagonistas de suas histórias, portanto, cidadãos de direitos, o que incidirá na reelaboração dos seus olhares sobre seus alunos/as. Esses não são vítimas, mas cidadãos, o fato de terem ascendência indígena ou negra não os torna menores e nem incapazes de aprenderem e desenvolverem suas capacidades intelectuais. A discussão acerca da abordagem dos conteúdos se fez na perspectiva de que professores/as reelaborem o currículo escolar, ainda tão conservador e hierarquizante; características que acabam:

Por expulsar qualquer discussão que pontue a diversidade cultural e étnico-racial na formação do (a) educador (a). Assim, o estudo das questões indígenas, racial e de gênero, as experiências de educação do campo, os estudos que focalizam a juventude, os ciclos da vida e os processos educacionais não escolares deixam de fazer parte da formação inicial de professores (as) ou ocupam um lugar secundário nesse processo (GOMES, 2011, p43).

Nesse sentido chamamos-lhes a refletirem sobre as experiências vivenciadas pelos alunos/as que moram na comunidade de Paratibe, de modo que elas sejam incorporadas ao currículo escolar, e, sobretudo, valorizadas, pois são detentoras de elementos que compõem o universo cultural destes. Refletir sobre tal questão se constituiu um elemento relevante na formação dos/as professores/as, uma vez que exigirá deles nova postura no momento de selecionar os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, as abordagens, assim como os mecanismos de avaliação da aprendizagem, visto que alunos/as denotam outras formas de aprender que não são apenas aquelas estabelecidas no currículo escolar.

## Considerações Finais

O Curso de Extensão “Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e Indígenas na Sala de Aula” veio somar com o projeto executado pelos/as professores/as da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia do Socorro Silva Machado. No entanto, o que justificou a execução deste curso foi o fato de haver uma demanda local e de esta instituição está localizada em Paratibe; uma comunidade remanescente quilombola. As práticas pedagógicas identificadas na escola com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena antes da formação, apesar de bem sucedidas, eram isoladas e concernentes a um ou outro professor/a, o que não era suficiente para se afirmar que a escola mantinha uma prática pedagógica na perspectiva da educação étnico-racial. Após a execução do curso de formação continuada professores/as passaram a buscar outros horizontes e ampliaram as reflexões sobre a escola, as suas práticas pedagógicas e o currículo, o que incidiu no final de 2016 na construção de um projeto político pedagógico que contemple os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Assim, escola e universidade foram parceiras no processo de formação continuada de professores/as com vistas à implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, e na construção de uma proposta pedagógica na perspectiva da educação étnico-racial. À medida que o curso de extensão transcorria, professores/as transformavam suas práticas e iniciaram o envolvimento da comunidade de Paratibe no processo ensino aprendizagem dos conteúdos trabalhados em sala de aula, visto que começaram a introduzir os saberes da comunidade no currículo escolar ou enxerga-la como detentora de saber, e principalmente de história e cultura. Essa iniciativa ainda que em fase experimental, demonstrou-se eficaz, sobretudo, porque os discentes passaram a se reconhecerem nos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Deste modo acreditamos a UEPB ao desenvolver esta ação de extensão tenha colaborado com a efetivação de uma política pública destinada as populações negras na área de Educação, qual seja, a garantia do direito de as crianças negras, brancas e indígenas aprenderem sobre a história e a cultura dos africanos, afro-brasileiros e indígenas, visto serem essas matrizes constitutivas do Brasil e da sua cultura, e esse se constituir um direito da pessoa humana, o de estudar e aprender na escola sobre sua história e cultura. O desafio são professores/as continuarem o processo de formação e colocarem em prática o PPP elaborado. Os passos iniciais foram dados, o desafio é continuar a caminhada de construção da escola na perspectiva da educação étnico-racial.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECADI, p. 07, 2004.

CHAGAS, Waldeci Ferreira & CARVALHO, José Élson de. **Relatório Final do Curso de Formação Continuada: Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e Indígenas na Sala de Aula**. Campina Grande: UEPB/PROEX, 2016.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade Étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. In. FONSECA, Marcus Vinicius, SILVA, CAROLINA Mostaro Neves da & FERNANDES, Alexandra Borges (Orgs). **Relações Étnico-raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In. FONSECA, Marcus Vinicius, SILVA, CAROLINA Mostaro Neves da & FERNANDES, Alexandra Borges (Orgs). **Relações Étnico-raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2011.